



A PESQUISA QUALITATIVA EM GEOGRAFIA
QUALITATIVE RESEARCH IN GEOGRAPHY
PESQUISA CUALITATIVA EN GEOGRAFÍA

Maria do Socorro Bezerra Lima

Universidade Federal Fluminense – UFF – Campos dos Goytacazes
Rua José do Patrocínio, 71, Centro, CEP: 28010385 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil
sblima22@gmail.com

Érika Vanessa Moreira

Universidade Federal Fluminense – UFF – Campos dos Goytacazes
Rua José do Patrocínio, 71, Centro, CEP: 28010385 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil
evmgeo@yahoo.com.br

Resumo

A pesquisa qualitativa vem ocupando um espaço relevante cada vez maior na vida e na formação acadêmica dos estudantes e docentes, mas, nem por isso, se pode pensar que as dificuldades no rigor metodológico foram dirimidas. Neste artigo, nosso objetivo é discorrer sobre a pesquisa qualitativa no campo geográfico atentando para algumas técnicas de investigação. O aporte teórico que orienta nossa proposta é de autores que vêem na pesquisa qualitativa a possibilidade de interação sujeito/objeto. O artigo proposto não é um manual de procedimentos para a realização da pesquisa de caráter qualitativa, mas enfatizamos a importância das técnicas nos estudos geográficos. Como o espectro da pesquisa qualitativa é amplo, optamos, diante de nossas pesquisas em andamento, por trabalhar técnicas de observação participante, história de vida, história oral, estudo de caso e cartografia social, com destaque ao mapeamento participativo.

Palavras-chave: Pesquisa Qualitativa, Geografia, Técnicas de investigação

Abstract

Qualitative research has been occupying a space increasing in academic life and training of students and teachers, but even so, one may think that the difficulties in methodological rigor were settled. This article aims to discuss the qualitative research in the geographical field paying attention to some research techniques. The theoretical framework that guides our proposal is based on researches that emphasize the possibility of subject / object interaction. Our proposal does not offer a manual of procedures for conducting qualitative research, but emphasized the importance of the techniques in geographic studies. As the spectrum of qualitative research is extensive, we chose, in front of our ongoing research, by working participant observation techniques, life history, oral history, case study and social mapping, with emphasis on participatory mapping.

Keywords: Qualitative Research, Geography, Research Techniques.

Resumen

La investigación cualitativa ha estado ocupando un espacio cada vez más importante en la vida académica y la formación de estudiantes y profesores, pero aún así, uno puede pensar que las dificultades en el rigor metodológico se resolvieron. En este artículo, nos proponemos discutir la investigación cualitativa en el ámbito geográfico de prestar atención a algunas técnicas de investigación. El marco teórico que guía nuestra propuesta es autores que ven en la investigación cualitativa la posibilidad de interacción sujeto / objeto. El artículo propuesto no es un manual de

procedimientos para la realización de investigación cualitativa, pero hizo hincapié en la importancia de las técnicas en los estudios geográficos. A medida que el espectro de la investigación cualitativa es extenso, se optó, en frente de nuestra investigación en curso, en técnicas de trabajo de observación participante, historia de vida, historia oral, estudio de casos y cartografía social con énfasis en mapeo participativo.

Palavras chave: Pesquisa Cualitativa, Geografía, Técnicas de Investigaciones

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão teórica e metodológica sobre a pesquisa qualitativa e sua respectiva contribuição para as investigações no campo geográfico. Tal necessidade se coloca mediante a adoção do seu rigor científico e os aspectos particulares da pesquisa qualitativa em geografia. A pesquisa qualitativa consolidou-se como uma metodologia alternativa ao predomínio das pesquisas quantitativas, contudo, uma não exclui a outra; podendo no máximo o pesquisador priorizar uma ou outra, baseada em critérios metodológicos; há também aqueles pesquisadores que combinam os dois métodos.

A pesquisa qualitativa fundamenta-se no princípio de que as sociedades humanas existem num determinado espaço, cuja formação social é específica. Assim, os indivíduos, os grupos e as classes atribuem significados e intencionalidades a suas ações, concepções e construções históricas. Esta concepção de realidade coloca para o pesquisador a condição de uma identidade entre sujeito e objeto, distingue-se, portanto, do método positivista. A pesquisa qualitativa parte do pressuposto que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O objeto é sob essa perspectiva, essencialmente, qualitativo.

A rigidez promovida pela dicotomia entre pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa, se não administrada adequadamente, leva o pesquisador a assumir uma postura sectária em relação às opções metodológicas de uma ou outra, ou ainda, a combinação de ambas poderia contribuir no desvelamento de determinados fenômenos ou objetos de investigação. Como adverte Pierre Bourdieu (2004),

[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [...] (BOURDIEU, 2004, p.26).

Diante da polêmica que envolve a discussão entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, deve-se ter clareza que ambas as abordagens são escolhas

metodológicas que o pesquisador faz com o objetivo de se aproximar da realidade. Segundo Minayo (1993, p. 239):

Nenhuma das duas, [as abordagens], porém, é boa, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa dessa realidade. Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível.

O esforço do pesquisador, portanto, deve ser no sentido de superar essa polêmica entre estas duas tradições da pesquisa social. Cada abordagem apresenta vantagens e limitações e, como nos ensinam Gaskell e Allum (2013, p. 26), o que é necessário ao pesquisador é

Uma visão mais holística do processo de pesquisa social [...]. Dentro desse processo, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer. Precisamos de uma visão mais clara das vantagens e desvantagens funcionais das diferentes correntes de métodos, e dos diferentes métodos dentro de uma corrente.

Reconhecendo, portanto, que a atividade de pesquisa é central na vida acadêmica dos estudantes e docentes e que a atividade de pesquisa tende a se expandir como uma forma de ensino-aprendizagem na formação das novas gerações (CHIZZOTTI, 2003), a preocupação com esta discussão deste artigo repousa no fato de que, em nossa experiência como docentes da disciplina de metodologia da pesquisa em Geografia, percebemos - nas orientações de artigos ou dos trabalhos - uma enorme dificuldade dos estudantes quando do desenvolvimento de suas pesquisas. Entre as etapas do processo de pesquisa que representa um obstáculo importante está a escolha método e das técnicas de pesquisas, ou seja, dos caminhos que orientarão a trajetória da pesquisa.

O método científico consiste na observação sistemática dos fenômenos, através da sucessão de passos orientados por fundamentos teóricos. Sua característica fundamental é a investigação organizada, o rigor nas observações e a utilização dos conhecimentos teóricos (GOLDENBERG, 2004, p. 105).

Assim, a escolha do método e da técnica de pesquisa a ser empregada deve fundamentar-se naquele referencial teórico e metodológico que mais se adequa ao seu problema de pesquisa. Esta escolha, por conseguinte, não deve ser entendida como estanque, linear ou sucessivo, mas interativa e criativa permitindo ao investigador, inclusive reformular as questões de pesquisa inicialmente propostas.

Dada a importância desta etapa da pesquisa é que este artigo apresentará algumas das principais técnicas utilizadas pela pesquisa qualitativa com o intuito de subsidiar a escolha e sua adoção nos trabalhos acadêmicos de geografia. Para alcançar o objetivo proposto, o artigo está organizado, além dessa nota introdutória, por duas grandes seções, considerações e referências. Na primeira seção, a preocupação foi situar teoricamente a pesquisa qualitativa e na segunda seção apresentar algumas técnicas utilizadas no campo da pesquisa qualitativa.

1. Pesquisa Qualitativa: algumas considerações teóricas

Durante muito tempo, a pesquisa qualitativa foi vista com certa desconfiança por investigadores das ciências naturais e exatas, sobretudo no que se refere a sua validade e confiabilidade quando comparada às metodologias de tratamento de dados utilizadas por essas ciências, nas quais predominam métodos quantitativos.

A partir dos anos 1970, registrou-se um crescente interesse pela pesquisa qualitativa ou interpretativa, baseada em métodos associados às ciências sociais. A Antropologia e a Sociologia figuram entre os primeiros campos de conhecimento a adotarem e desenvolverem análises qualitativas em seu tratamento de dados, recentemente outros campos de conhecimento das ciências humanas tem feito o mesmo: Geografia, Psicologia, História e Educação.

Os processos de pesquisa fundamentados na concepção positivista de análise adotam o tratamento quantitativo dos dados e destacam as possibilidades que a quantificação abre para se realizarem generalizações, testabilidade, validação e falsificação de teorias universais tendo nos princípios metodológicos de Popper¹ (método de confirmação e falsificação) sua sustentação teórica.

A investigação científica, sob a perspectiva positivista, destaca a importância do teste de validade de uma hipótese pela experimentação. O objetivo maior da experimentação é medir ou quantificar a extensão pela qual uma relação causa-efeito existe. Os cientistas dessa concepção teórica acreditam que os métodos utilizados pelas ciências naturais podem ser aplicados aos estudos da vida social. A vida social seria, portanto mensurável e quantificável tendo o pesquisador a sua disposição dados estatísticos (evidências empíricas) para explicar a realidade social (ALENCAR, 2000, p.61-63).

¹ POPPER (1972).

Para os pesquisadores que adotam a análise qualitativa, a quantificação dos dados seria incapaz de captar as dimensões subjetivas da ação humana. Estes pesquisadores advogam que os dados numéricos não seriam “tão confiáveis” como aparentam ser, na medida em que, o processo de coleta pode produzir informações não confiáveis. Ao contrário, para estes pesquisadores, as particularidades dos trabalhos qualitativos estão em sua possibilidade de descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo. Para eles a compreensão dos fenômenos da realidade social exige procedimentos bem diferentes dos paradigmas positivistas.

Assim, a pesquisa qualitativa, ao buscar a compreensão detalhada dos significados e características situacionais do problema ou objeto investigado, permite o aprofundamento e complexificação do fenômeno investigado. Para Paulilo (1999), a pesquisa qualitativa

[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 1999, p. 135).

A investigação qualitativa apresenta características particulares. Seu universo de ação está longe de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e quantificáveis. Seu campo de investigação se situa na esfera da subjetividade e do simbolismo, fortemente inserido no contexto social e situacional. Sua utilização está francamente vinculada a estudos de cunho interpretativo (PAULILO, 1999).

A investigação qualitativa tem sua ênfase na interpretação das informações do entrevistado. Ela atribui grande importância ao contexto do universo investigado, defendendo maior proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados. Essa proximidade, no entanto, não é entendida como um problema de validade e confiabilidade da pesquisa, uma vez que, como acrescenta Richardson (2012), o investigador qualitativo deve preocupar-se com a validade das informações coletadas, de forma que os dados expressem autenticamente a visão do entrevistado, sobre a qual, o pesquisador mantém inferência mínima no processo.

Para Guarnica, o termo pesquisa desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa

ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Essa ‘compreensão’, por sua vez, não

está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa (GUARNICA, 1997, p. 111).

Esse tipo de compreensão, salienta Alencar (2000, p.78-79), requer uma postura metodológica diferente do pesquisador que poderá tirar vantagens de sua condição humana. Pois, segundo os teóricos da ação, a condição humana oportuniza ao pesquisador entender melhor as razões das ações do objeto de estudo. Na abordagem interpretativa, o processo de compreensão se distancia do da pesquisa quantitativa.

Os teóricos da ação argumentam que as ciências do comportamento devem ter uma postura "não-científica" em sua investigação. O pesquisador deve ser o mais subjetivo possível, a aproximação maior do objeto ou fenômeno investigado é salientada como condição para apreender, compreender e interpretar o universo em estudo (ALENCAR, 2000).

Sob essa perspectiva, o pesquisador deve perceber a si mesmo, bem como a realidade social que o cerca, sendo capaz de "enxergar" para além das realidades objetivas e concretas (fatos), desvelando os significados dos fenômenos ou objetos que possibilitem aprofundar a complexidade dos fatos e processos particulares e específicos do que se pretende estudar.

Para Richardson (2012), a validade de processos de pesquisa, sejam estes quantitativos ou qualitativos, depende em última instância da confiabilidade do pesquisador. Destaca, no entanto, algumas recomendações que devem ser observadas no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

O autor apresenta seis recomendações para as quais o pesquisador deve atentar visando validar cada etapa do processo de pesquisa. Entre as recomendações apontadas por Richardson (2012, p. 95-103), destacaremos: a seleção e familiarização com o local da pesquisa; as relações com os entrevistados; a coleta de informações e as análises de informações.

- a) seleção e familiarização com o local de pesquisa** - a escolha do local e a familiaridade do pesquisador com o grupo se constitui um aspecto fundamental da pesquisa qualitativa. O critério básico para a escolha do *lôcus* de investigação deve ser o critério da validade (ou seja, o acesso às autênticas opiniões dos entrevistados) e não o da "representatividade" na forma como ocorre na pesquisa quantitativa. O processo de escolha deve considerar: as formas de acesso aos entrevistados; adequação das formas de registro e a destituição de barreiras que possam inibir os entrevistados durante o processo

de investigação. A escolha do local deve ser, portanto uma reflexão constante por parte do pesquisador.

b) **relação com os entrevistados** - após contato com os possíveis entrevistados, o caráter da relação pesquisador/investigado no processo de investigação pode variar bastante desde contatos breves a relações mais estreitas que podem durar meses ou anos, dependendo da escolha do método de investigação escolhido (entrevista em profundidade, observação-participante) e dos objetivos da pesquisa. A administração do relacionamento do pesquisador com os entrevistados é um aspecto importante na validação da pesquisa qualitativa, posto que o pesquisador deve evitar influenciar os entrevistados em suas declarações e/ou comportamentos.

c) **coleta de informações** - face a disponibilidade de técnicas disponíveis para a coleta de dados é preciso que se atente para a validade durante a aplicação das técnicas. Problemas com a dificuldade de registros, anotações adequados e dificuldades de perceber para além das aparências superficiais do cotidiano, das ideologias e dos discursos do visível, devem ser contornados para assegurar o caráter de validade e confiabilidade da pesquisa.

d) **análise das informações** - "leitura vertical", "recortes de tópicos", "elaboração de argumento sequencial", "incorporação de críticas das relações sociais à estruturação dos tópicos da pesquisa", "recortes ilustrativos", segundo Harvey (1990 *apud* RICHARDSON 2012, p. 90 -103) e "identificação de tópicos", "seleção de citações ilustrativas" para Silverman (1985) citados por Richardson (2012) são formas de análises de dados capazes de assegurar maior confiabilidade e validade as análises qualitativas.

A análise qualitativa pode ser empregada, segundo Cortes (1998, p. 15-17), a partir de três formas: i) auxiliar - ilustrativa em pesquisas que utilizam técnicas quantitativas; ii) combinada com técnicas quantitativas, onde não há predominância de nenhuma técnica; iii) como a principal técnica de tratamento das informações. No primeiro caso, segundo a autora, são empregadas no sentido de qualificar e dar consistência às conclusões alcançadas através de dados quantitativos. Na segunda forma, os dados quantitativos e qualitativos são utilizados na construção de variáveis que auxiliam na descrição e na explicação dos fenômenos em análise. E, finalmente, no terceiro caso, a investigação preconiza pelo uso de técnicas qualitativas de análise.

A opção por essa forma destaca três situações básicas: ocorre quando as fontes de literatura são escassas em relação a objeto ou fenômeno investigado, nesse caso, a pesquisa tem um caráter exploratório, já que ela possibilitará a obtenção de informações necessárias à pesquisa. Os dados provenientes dessa situação possibilitariam a formulação do problema de pesquisa e orientariam pesquisas posteriores. O uso de técnicas qualitativas também é destacado quando o problema de pesquisa baseia-se em questões teóricas ou sustenta-se em abordagens teóricas que pedem o emprego dessas técnicas (CORTES, 1988).

2. A Escolha das Técnicas de Investigação na Análise Qualitativa

A escolha da técnica a ser empregada em uma pesquisa deve fundamentar-se no referencial teórico no qual o problema está inserido. A pesquisa não deve ser entendida como momentos estanques e lineares, lógicos e sucessivos. No processo de pesquisa qualitativa, o caráter interativo permite inclusive a reformulação das questões propostas inicialmente.

O processo de investigação avança em sucessivas passagens pelo referencial teórico, pela coleta de dados e pela interpretação. Minayo (2009, p. 17) salienta que, por mais bem elaborada que seja a teoria ou o método empregado pelo pesquisador, estes nunca darão conta de explicar todos os fenômenos e processos ante a riqueza e complexidade da realidade. Assim, no processo de pesquisa, a autora assinala os seguintes obstáculos que limitam as explicações: i) a ilusão da transparência dos dados; ii) o fascínio por métodos e técnicas de pesquisas consagradas; e, iii) a tentativa de conjugar teorias e conceitos muito abstratos com descrições dos fenômenos estudados.

O primeiro é caracterizado pela aparente transparência, quando o que parece ser evidente não o é. Esta ilusão pode levar o pesquisador a uma simplificação dos dados, ou seja, a conclusões superficiais ou equivocadas. O segundo inibe a criatividade científica e pode levar o pesquisador a se envolver tanto com os métodos e as técnicas ao ponto deste negligenciar o significado dos próprios dados; o terceiro implica na dificuldade do pesquisador em articular os relatos exaustivos dos dados concretos com os conhecimentos mais amplos ou mais abstratos conduzindo a um distanciamento entre a orientação teórica e a prática da pesquisa.

Portanto, a escolha das técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa deve levar em consideração dois aspectos importantes: i) a biografia do pesquisador, das suas

opções teóricas e do contexto das situações imprevisíveis que se dão no cotidiano da pesquisa (PEIRANO, 1995 *apud* GOLDENBERG, 2004, p. 55); ii) a seleção do objeto de estudo e do campo empírico.

2.1. Principais Técnicas de Coletas de Dados da Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa privilegia algumas técnicas de investigação que colaboram para o processo de análise qualitativa, baseia-se principalmente naquelas desenvolvidas por pesquisas antropológicas e/ou de cunho etnográfico e fenomenológico, tais como: observação participante, entrevista, estudo de caso, mapeamento participativo, história ou relatos de vida, história oral, entre outras.

Pressupõe o uso de métodos e técnicas de investigação não como a construção de modelos únicos, fechados e exclusivos, mas oferece ao pesquisador a possibilidade de escolher os métodos e as técnicas de investigação que melhor se adequem e que seja capaz de explicar os fenômenos investigados.

No caso da investigação qualitativa em Geografia, assim como em outros campos das ciências humanas e sociais, esta vem sendo adotada largamente, em particular nas pesquisas tanto no campo da geografia humana, como no campo da geografia física, como, por exemplo, as recentes pesquisas sobre etnopedologia (CARMO, 2009) e sobre a nova cartografia social (ACSERALD, 2008). O fato é que entender e discutir o uso de técnicas nas abordagens qualitativas na pesquisa geográfica significa ampliar o escopo da compreensão da diversidade inerente às práticas sociais e, ao mesmo tempo, assinalar um redimensionamento do ato de pesquisar nas ciências humanas que é marcado pelo encontro que ocorre, entre o pesquisador e o objeto da pesquisa.

Buscando colaborar com este debate, apresentaremos, a seguir, algumas técnicas de investigação utilizadas na pesquisa qualitativa que podem ser adotadas na pesquisa geográfica.

2.1.1. Observação Participante

Segundo Becker (1994), a observação participante consiste na coleta de dados através da inserção do pesquisador na vida cotidiana do grupo ou organização em estudo. A observação volta-se para a percepção das situações e comportamentos cotidianos dos investigados, através da conversação com alguns membros ou com todos

os participantes da situação visando desvendar as interpretações que estes têm sobre os fenômenos observados.

Os pesquisadores que adotam esse método de investigação, segundo Becker (1994), o fazem quando estão particularmente interessados em compreender uma dada organização ou um problema substantivo ao invés de demonstrarem variáveis abstratamente construídas. Neste sentido, os pesquisadores se esforçam em atribuir um sentido teórico de suas pesquisas, pois presumem não conhecer suficientemente sobre a organização *a priori* para identificar os problemas e hipóteses relevantes, precisando descobri-los no transcorrer da pesquisa. Becker (1994, p 48), ao contrário, argumenta que no estudo da observação participante é possível tanto descobrir hipóteses como testá-las.

Considerando-se que a observação participante produz uma infinidade de dados, o pesquisador enfrenta, segundo Becker, o problema de como analisá-los sistematicamente para apresentar suas conclusões, daí a importância do rigor metodológico para validar os dados e as informações corretamente de modo a evitar interpretações equivocadas. Em face dessa dificuldade Becker (1994, p. 47–50), descreve então as operações analíticas básicas que devem ser realizadas na observação participante.

Observa o autor que, em pesquisas baseadas na observação participante, a análise é conduzida sequencialmente, partes dela realizadas quando o pesquisador está coletando os dados. Isto apresenta duas consequências básicas: a coleta ulterior de dados toma sua direção a partir de análises condicionais; e, o montante e o tipo de análise condicional limitam-se em função das exigências da situação do trabalho de campo, de modo que uma análise abrangente final antes do término do trabalho de campo não é possível (BECKER, 1994, p. 49).

Para Minayo (2009, p. 61 - 63), o trabalho de campo é o momento de aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou suas questões e/ou seu problema. É o momento em que o pesquisador tem a possibilidade de interagir com os sujeitos que conformam a realidade investigada. Por isso, na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial.

Todavia, ao mesmo tempo em que essa interação entre o pesquisador e seus interlocutores no espaço social da investigação é central na observação participante e em toda a pesquisa qualitativa, pois permite a obtenção de um maior nível de informações, mostra-se também sua maior fragilidade, já que repousa sobre a observação participante uma desconfiança constante quanto a sua credibilidade face ao que indica Haguette

(2010, p. 71), como a obliteração da percepção do pesquisador em consequência do seu envolvimento com a situação investigada e a impossibilidade de generalização dos resultados. Todavia, esclarece a autora que as preocupações do método científico convencional com a neutralidade, a objetividade, a validação e a credibilidade dos dados obtidos são comuns tanto para os pesquisadores que praticam a metodologia quantitativa quanto a qualitativa. Por conseguinte, afirma que o reconhecimento da inevitabilidade de interferências de qualquer natureza na pesquisa não impediu que se buscasse a neutralidade e a objetividade, mesmo nas pesquisas quantitativas. Sendo assim, pode-se considerar que a observação participante possui sim um *status* científico a despeito de não atender certas normas postuladas pelo método científico convencional sem que com isso ameace a própria natureza do próprio método científico (HAGUETTE, 2010, p.71 -72).

Pela sua importância, como assinalaram Minayo (2009) e Becker (1994), o reconhecimento dos limites e dos riscos da adoção desta técnica (observação participante) deve ser considerado pelo pesquisador quando de sua ida ao campo quanto no tratamento, análise e interpretações dos dados coletados.

Preocupado em oferecer um caminho metodológico para os pesquisadores no que se refere ao tratamento e à análise dos dados coletados, Becker (1994) aponta para a observância do pesquisador aos três estágios de análises conduzidos no próprio campo, e um quarto conduzido com o término do trabalho de campo. A seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição de fenômenos e a incorporação de descobertas individuais num modelo de organização constituem os três primeiros estágios tratados pelo autor. O quarto estágio é alcançado quando a análise final envolve problemas de apresentação de evidências e provas como será brevemente apresentado a seguir (BECKER, 1994, p. 50 - 64).

No primeiro estágio, o pesquisador busca por problemas e conceitos que indiquem uma perspectiva maior de compreensão do objeto ou fenômeno estudado, de forma a elaborar indicadores úteis de fatos mais difíceis de serem percebidos. Tais observações devem ser colocadas no contexto de uma teoria (sociológica), posto que, ao selecionar e definir os problemas centrais de sua investigação, o pesquisador constrói um modelo teórico para dar conta de um caso específico de estudo.

Nesse estágio, o pesquisador utiliza seus dados para especular sobre possibilidades, todavia em estágios subsequentes, este pode ser obrigado a abandonar suas hipóteses provisórias. Em havendo consistência, estas hipóteses serão utilizadas de forma sistemática na avaliação global das evidências de determinadas conclusões.

As evidências (declarações feitas pelos informantes) estão diretamente vinculadas à credibilidade dos informantes (segundo estágio) e deve ser utilizada pelo pesquisador como: evidência sobre o acontecimento que pode apresentar-se como distorcida ou falsa e em segundo lugar, mesmo quando a evidência se mostrar distorcida ela pode fornecer evidências úteis para outro tipo de conclusão. Cabe, portanto, ao “observador interpretar tais declarações e descrições como indicações da perspectiva do indivíduo sobre o ponto em questão” (BECKER, 1994, p.53).

O controle da frequência e da distribuição de fenômenos é descoberto a partir da observação dos acontecimentos e da forma como estes estão se distribuindo entre as categorias de pessoas e subunidades organizacionais. Essa organização permite a coleta de dados numa forma padronizada capaz de ser transformada em dados estatísticos ou “quase-estatísticos” legítimos. A confiabilidade da evidência poderá gerar conclusões advindas da convergência de várias evidências verificadas em campo aumentando o grau de confiabilidade e validade da pesquisa.

O estágio final de análise de campo consiste na incorporação de descobertas do pesquisador ao modelo generalizado do sistema social, definido como um instrumento intelectual básico da pesquisa. Este estágio se caracteriza pela construção de um modelo descritivo-explicativo dos dados reunidos, onde são compiladas as complexas inter-relações entre muitas variáveis.

A análise final e a apresentação dos resultados são realizadas, posteriormente ao término do trabalho de campo, consistindo na conferência dos dados e na reconstrução de modelos.

Em observados estes estágios e o rigor metodológico que lhe é exigido, a observação participante pode ser considerada como um método e uma técnica de coleta de dados importante a ser utilizado pelos pesquisadores nas pesquisas geográficas.

2.1.2. Entrevista

A entrevista sem dúvida é a forma mais utilizada de obter informação discursiva não documental. Constitui-se em uma conversa informal entre o entrevistador e o entrevistado ou entre os entrevistados sob a orientação do pesquisador.

Para Minayo (2009), a entrevista é a estratégia mais usada na realização do trabalho campo e, portanto, todos os registros devem ser tratados *ipsis litteris*. É no

trabalho de campo, por meio da entrevista e da observação, que interação entre pesquisador e objeto/sujeito se dá.

Como um processo de interação social, a entrevista objetiva fornecer informações sobre um determinado problema de pesquisa focado em temas centrais e importantes da investigação. Segundo Minayo (2009), dois tipos de dados podem ser obtidos através da entrevista.

- a) **os dados secundários** - são provenientes daquelas informações de caráter objetivo, passíveis de serem encontrados em documentos oficiais e/ou outras fontes (censos, relatórios, registros). Nesse caso, as entrevistas podem ser contrapostas e/ou aferidas com dados obtidos de outras fontes documentais - primárias ou secundárias;
- b) **os dados primários** - dados obtidos através de entrevistas ou de manifestações espontâneas sobre o tema em investigação, mas que ainda não foram coletadas e sistematizadas. São informações de cunho subjetivo e se constituem em fonte primária da pesquisa.

A qualidade da pesquisa deve primar pela validade das informações e pela observância da problemática da interação estabelecida entre pesquisador e entrevistado. Haguette (2010, p. 84) destaca que o pesquisador deve estar atento para as situações que se apresentam durante as entrevistas e que podem influenciar na natureza das informações prestadas. Observa que o pesquisador deve estar atendo a cinco aspectos que podem interferir na qualidade dos dados por parte do informante. São eles: a) motivos ulteriores; b) quebra de espontaneidade; c) desejo de agradar o pesquisador; d) fatores idiossincráticos; e) o conhecimento sobre o assunto da entrevista. Portanto, afirma a autora,

o ponto-chave no controle em todos os casos da qualidade dos dados situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade (HAGUETTE, 2010 p. 83-84).

Como visto, a entrevista tem o objetivo de construir informações adequadas para o objeto de pesquisa, por isso, a forma de organização destas entrevistas é fundamental para o pesquisador. Para Minayo (2009), as entrevistas, de acordo com a forma, podem ser classificadas em: i) sondagem de opinião; ii) entrevista semiestruturada; iii) entrevista aberta ou em profundidade, iv) focalizada ou aberta e, v) projetiva.

A sondagem de opinião apresenta-se de forma estruturada e fechada. Os dados coletados por esse instrumento são de natureza quantitativa, mas podem ser utilizados

para endossar análises qualitativas. Na entrevista semiestruturada, a principal característica é a formulação de questões fechadas e abertas, não previamente codificadas, na qual o entrevistado discorre livremente sobre um tema proposto ou sobre uma questão formulada. A técnica possibilita que outras questões possam ser formuladas no decorrer da entrevista, caso o pesquisador ache necessário. A entrevista focalizada permite ao entrevistado discorrer com bastante liberdade sobre um tema ou um problema proposto. Na entrevista projetiva o pesquisador faz uso de dispositivos visuais (filmes, gravuras, fotos, poesias etc.) convidando o entrevistado a discorrer sobre o que vê ou lê, geralmente é utilizada para tratar de temas delicados ou difíceis de serem tratados (MINAYO, 2009, p. 64-65). Nesse tipo de classificação, a variação está centrada no grau de estruturação da pesquisa, indo do mínimo ao máximo dependendo dos objetivos da pesquisa.

Acrescenta-se a esta classificação as entrevistas individuais em profundidade, nas quais o entrevistador aborda as pessoas individualmente ou através de grupos de discussão, motivando-as a discorrerem sobre suas ideias, conceitos, sentimentos, opiniões, condutas, são entrevistas que tratam de dados subjetivos, ou seja, de uma representação da realidade dos sujeitos entrevistados (MINAYO, 2009, p. 65). Portanto, o pesquisador deve reconhecer que está recebendo um “retrato” do que o informante tem de seu mundo cabendo a este a tarefa de avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a ‘realidade objetiva’ ou factual (HAGUETTE, 2010 p. 83).

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito às fontes de vieses oriundos das afirmações por parte dos informantes. Haguette (2010 p. 83) apresenta a seguinte distinção quanto à sua natureza: i) as informações de caráter subjetivo; ii) as informações de caráter objetivo. No caso das informações de natureza subjetiva emitidas pelo entrevistado, é preciso considerar que elas estão sempre imersas em reações que não podem ser desconsideradas pelo pesquisador, tais como: o estado emocional, as opiniões, as atitudes e os valores dos informantes, estas informações devem ser sempre confrontadas e complementadas pelo pesquisador. Caso o pesquisador constate a existência de informações conflitantes, esclarece a autora que este não é motivo para tornar o depoimento inválido, pois estas informações podem indicar pontos importantes que devem ser considerados e investigados pela pesquisa.

Tanto no grupo de discussão como na entrevista individual em profundidade as entrevistas são orientadas por um roteiro que permite a coleta e identificação de variáveis pré-determinadas (MINAYO, 2009, p. 65).

Minayo (2009) acrescenta que o pesquisador deve atentar para que os entrevistados não se sintam constrangidos a exporem suas idéias, pensamentos ou motivações. A entrevista como um instrumento de obtenção de informações deve ainda ser concebido para minimizar circunstâncias particulares que podem comprometê-las.

A entrevista deve ser registrada de modo que os elementos substanciais da investigação possam ser captados e apreendidos pelo pesquisador. Por isso, o uso de instrumentos como o gravador² ou dependendo da abertura do grupo e do tipo de entrevista, o uso de videogravação (filmagem) é recomendado. Neste caso, o uso destes instrumentos deve ser feito mediante a aquiescência do entrevistado. Tanto o uso da videogravação como o uso do gravador representa uma “ampliação do poder de registro” (QUEIROZ, 1991), ao mesmo tempo em que busca assegurar a fidedignidade das informações, bem como o registro e captação de elementos de comunicação importantes, tais como: pausas de reflexões e dúvidas, silêncios ostensivos, mudanças na entonação de voz em expressões de surpresa, entusiasmo, crítica ou ceticismo. Estes elementos compõem juntamente com as ideias e os conceitos a produção do sentido da fala do entrevistado, permitindo ao pesquisador maior compreensão da narrativa (SCHRAIBER, 1995, p. 71).

Assim como no caso da observação participante, o uso de entrevista apresenta vantagens e limitações das quais o pesquisador deve ter consciência. Entre as vantagens destacamos, segundo Gil (2008, p. 110): i) a obtenção de dados dos diversos aspectos da vida social; ii) não exige do entrevistado escolarização; iii) oferece maior flexibilidade ao entrevistador que pode esclarecer as perguntas e/ou redirecioná-las se for necessário. Entre suas limitações o autor cita: i) a falta de motivação por parte do entrevistado para responder as perguntas; ii) inadequada compreensão do significado das perguntas; iii) a influência do pesquisador sobre o entrevistado; iv) o custo com o treinamento e a aplicação das entrevistas.

2.1.3. História de Vida

A História de Vida tem como antecedentes os relatos biográficos do século XIX e XX, particularmente nos EUA. No Brasil, foi muito utilizada no início do século XX até meados dos anos 1950. Foi vista com muita desconfiança por parte dos sociólogos que a

² Sobre a técnica do uso do gravador ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Biblioteca básica de ciências sociais, 1991.

visualizavam como uma técnica pouco confiável, marcada pela subjetividade do entrevistado e pela pouca representatividade do sujeito, constituindo-se uma "amostra" insignificante na visão quantitativista. São exceção a esse quadro alguns trabalhos de sociólogos ligados a Escola de Chicago³.

Essa técnica foi bastante utilizada por antropólogos, mas apesar dos trabalhos significativos, a História de Vida esteve circunscrita à descrição de culturas exóticas, a relato de experiências particulares e a preservação de culturas ameaçadas pela extinção (SILVA, 1998, p.120).

Os relatos orais, recentemente, vêm sendo revalorizados como técnica de coleta de dados e emergem como uma alternativa aos métodos quantitativos que reduzem os fatos sociais a dados numéricos, estes amplamente utilizados com o desenvolvimento de técnicas estatísticas - amostragem e questionários - que ressalvam a objetividade dos dados ante a subjetividade de outros tipos de coletas que apresentam aspecto subjetivo.

Haguette (2010, p. 74-80) destaca que a História de Vida pode ser enfocada sob duas perspectivas: na primeira, pode ser tratada como um documento ou como uma técnica de captação de dados. Utilizando-se das discussões de Becker (1966), indica que a História de Vida se apresenta como fonte de estratégia de coleta de dados. A História de Vida atende aos propósitos do investigador que está interessado na fidelidade das experiências e interpretações do autor em relação ao mundo, se apresenta como uma técnica auxiliar investigação.

Para Queiroz (1987), o relato oral se constitui como a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, portanto, maior fonte de dados para as ciências. O relato oral está na base da obtenção de informações antecedendo outras técnicas de obtenção de informações.

Esta autora apresenta a narrativa da História de Vida como um tipo de relato oral, no qual um narrador discorre sobre sua existência, reconstituindo acontecimentos e transmitindo experiências adquiridas. Através da narrativa do relato individual é possível delinear traços da coletividade, cabendo ao pesquisador captar aspectos particulares das narrativas e ser capaz de ultrapassar a esfera do individual transpondo-os para a esfera coletiva (QUEIROZ, 1987, p. 6-7).

³ O termo Escola de Chicago foi utilizado pela primeira vez em 1930 por Luther Bernard. O termo designa um conjunto de pesquisas realizadas a partir da perspectiva interacionista na cidade de Chicago. As pesquisas são marcadas por orientação multidisciplinar envolvendo os campos da sociologia, psicologia, ciência Política, Antropologia e filosofia (GOLDENBERG, 2004, p. 25).

A História de Vida é uma técnica que demanda tempo e exige do pesquisador a mínima interferência. Nesta técnica, o narrador é quem decide o que vai relatar, ou seja, é o relato do entrevistado sobre a sua existência por meio do qual ele tenta reconstruir os acontecimentos que vivenciou ao longo do tempo. Deste modo, a História de Vida se diferencia dos depoimentos, em que o colóquio é dirigido pelo pesquisador que não permite ao informante narrar o que gostaria naquele momento. A História de Vida também se distingue da autobiografia e da biografia, pois a primeira existe independente do pesquisador e o informante é o responsável pelo seu registro (escrito ou gravado), enquanto na segunda a história de um indivíduo é registrada por outra pessoa (QUEIROZ, 1987, p. 7-11).

Segundo Queiroz (1983, p. 52-55), três instrumentos podem ser utilizados na coleta de dados: o depoimento gravado; a ficha do informante e o diário de campo. Este último, ressalta a autora, tem um valor inestimável, visto ser nele que o pesquisador registra tudo o que escapa à gravação durante a entrevista como as condições que cercam a entrevista, as observações e as reflexões que o pesquisador achar conveniente anotar para a crítica e análise futura.

Na sequência, Queiroz (1983) apresenta as fases que orientam o uso desta técnica, são elas: i) a gravação, ii) a transcrição; iii) a análise. Em relação à transcrição, salienta ainda ser importante que o pesquisador que realizou a entrevista seja o transcritor da gravação, pois acompanhou a narrativa, partilhou das emoções. Ouvir e transcrever, portanto, permitem ao pesquisador refazer o contexto da narrativa, relembando detalhes que lhe escaparam na ocasião (QUEIROZ, 1983, p. 82).

Fernandes (1995) assinala que a História de Vida oferece informações que, por sua própria natureza, forma um conjunto coerente e arraigado de sua experiência social que repousa sobre a memória. Ela é o canal de informações através do qual as informações são repassadas. É preciso então que o pesquisador tenha clareza que narrativa é um discurso de memorização, de reconstrução do passado e não do reflexo fiel dos fatos e situações, mas das lembranças significativas, assevera a autora que “se o conteúdo factual permanece o mesmo, a significação que lhe é atribuída trabalha e transforma com o tempo e a evolução da situação da pessoa” (FERNANDES, 1995, p. 150).

Assim, “o que o entrevistador ouve é um discurso no qual o sujeito fala da representação que tem dos fatos da vida” (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p. 23 *apud* FERNANDES, 1995, p. 151). Ao pesquisador, segundo Fernandes (1995), cabe a tarefa

de apreender o socialmente vivido, o sujeito em suas práticas e a forma como ele aborda as condições sociais que lhes são particulares, para isso, ressalta Queiroz (1987), a utilização da técnica deve vir acompanhada de uma reflexão metodológica aprofundada que oriente o pesquisador para o que Fernandes (2010) denominou do peso das necessidades presentes e do confronto as experiências paralelas situadas no contexto histórico, político e cultural ao qual este pertence. É a partir do olhar atento e da reconstituição que o pesquisador pode ordenar os fragmentos dos dados e analisar os fatos.

Nesse sentido, a História de Vida se constitui um instrumento de interpretação do processo social com base nas experiências subjetivas das pessoas que o vivenciaram. As informações obtidas devem ser cotejadas com outros dados ou com outros informantes de modo a assegurar a objetividade (objetivação), validade e credibilidade da técnica.

2.1.4. História Oral

A História Oral é um método que integra o campo das metodologias qualitativas. Nesse sentido, a História Oral confere centralidade aos agentes sociais que a comunicam. Os dados coletados se constituem em elementos fundamentais para a construção, compreensão e explicação de processos sociais (SILVA, 1998, p.116).

Haguette (2010, p.87 - 94) considera que, em sentido amplo, todos os tipos de registros da comunicação humana podem ser considerados como fonte primária de pesquisa, embora a maior parte dos pesquisadores limite essa fonte. O conteúdo da História Oral pode apresentar grande variação, desde os enfoques em extensos períodos ou eventos até aqueles voltados a análises de caráter mais específico.

A relevância da História Oral, segundo a autora, está em sua capacidade de captar evidências capazes de construir/reconstruir cenários, mudanças, ideologias e memórias, independente de suas limitações. A História Oral se apresenta como uma técnica baseada no depoimento oral, gravada e obtida através da interação entre o entrevistador e o entrevistado. O entrevistado é peça central na reconstrução dos eventos ou fenômenos e se apresenta como um ator social ou testemunha de acontecimentos de relevante importância para a sociedade.

Na perspectiva Queiroz (1987), a História Oral é indicada como um termo que recobre uma quantidade de relatos (registrados ou não), cuja documentação se pretende

completar. A História Oral registra a experiência de um indivíduo ou de vários de uma coletividade, objetivando captar (oralmente) tradições, mitos, narrativas, crenças existentes, simbologias. Engloba diferentes formas de captação oral (História de Vida, depoimentos pessoais, biografias ou autobiografias).

Silva (1998, p, 127-130) apresenta algumas implicações teóricas do uso da História Oral. O primeiro aspecto está vinculado a uma concepção da história, se refere à compreensão sobre os processos e as relações sociais nas quais se desenvolvem as visões particulares das histórias vividas e concebidas, semelhantes ou não, criadas e contadas por pessoas em contato com o mundo, portanto exprimem visões particulares do mundo. O segundo aspecto está vinculado à memória, matéria-prima básica dos relatos de histórias orais, construídas ao longo da trajetória social dos agentes, ou seja, a experiência se apresenta como um substrato à memória, responsável pela seleção e reelaboração dos acontecimentos vivenciados por esses atores sociais. Todavia, a observância dessas limitações não suprime a riqueza da História Oral em seu papel de reconstrução da vida social.

São características da História Oral: a pesquisa preliminar; a articulação da pesquisa oral com outras técnicas de coletas de dados, a delimitação da unidade de investigação, os critérios de amostragem e os procedimentos de controle. Nesse processo de coleta de informações, cabe ao pesquisador um papel ativo, na busca da compreensão e explicação de processos não "revelados" na fala dos entrevistados (SILVA, 1998, p. 130-135).

Por fim, assinala-se que, assim como outros instrumentos de captação de dados utilizados na pesquisa qualitativa, a História Oral apresenta limitações comuns estando sujeita a críticas a respeito da validade de seus dados, como alerta Haguette (2010, p. 94). Mas não resta dúvida, segundo a autora, que ao ter rigor científico, todas contribuem para a produção do conhecimento científico.

2.1.7. Estudo de Caso

O estudo de caso vem sendo amplamente recuperado e aplicado como uma técnica de pesquisa recorrente entre as ciências humanas e sociais. A adoção dessa técnica, segundo Roesse (1998), pode estar relacionada a dois fatores: a reação a estudos de natureza macro que reduzem a explicação das análises microsociais aos grandes modelos teóricos; pode estar relacionada aos custos elevados de grandes projetos de pesquisas que acabam inviabilizando, ao menos no caso brasileiro, sua realização.

Seja por fatores de natureza metodológica ou por limitações financeiras, o estudo de caso está vinculado ao grupo de técnicas amplamente adotadas entre as pesquisas qualitativas. Buscamos, através do estudo de caso, reunir a maior quantidade de informação possível e detalhada sobre um determinado problema com vistas a apreender a totalidade de uma dada realidade social.

O estudo de caso caracteriza-se pelo exame aprofundado de um conjunto de ações que se processam e sobre o qual se pretende mostrar como os princípios teóricos se manifestam nessas ações. Sob essa perspectiva, podemos assinalar o aspecto intensivo da análise focalizada pelo estudo de caso, na medida que esta pretende obter uma grande quantidade de informações sobre um caso específico.

Esta perspectiva destaca a especificidade do estudo do caso, pois o “caso” fornece as características metodológicas que o pesquisador necessita para arrolar dados que respondam às questões formuladas para a investigação. Permite responder como e porque determinadas características são possíveis, em um quadro teórico ampliado, como se manifestam ou não as grandes tendências, em realidades concretas. Essa especificidade é, portanto, um traço diferenciador da técnica (ROESE, 1998, p.193).

Alguns pesquisadores, entretanto, não reconhecem o estudo de caso como uma forma “legítima” de investigação. Argumentam a limitada abrangência do estudo e a natureza “menos formalizada” de coleta de dados, em contrastes com técnicas mais estruturadas. Residem, nesse aspecto, as principais críticas quanto ao uso dessa técnica, pois se argumenta que o estudo de caso não permite o controle rigoroso das informações obtidas colocando em cheque o critério de representatividade e confiabilidade da pesquisa.

Murray, citado por Alencar (2000), apresenta argumentos metodológicos que dariam sustentação e legitimidade aos estudos de caso. São eles:

1. os estudos de caso podem ilustrar generalizações que foram estabelecidas e aceitas; ainda que eles sejam poucos abrangentes, as generalizações podem ganhar novos significados sendo ilustradas em diferentes contextos;
2. o estudo de caso pode se constituir em um teste de uma teoria que, embora aceita como uma “verdade universal”, necessita ser comprovada em todas as instâncias. Ao estudar uma situação específica por meio de uma hipótese derivada dessa teoria, os resultados obtidos podem invalidá-las, ainda que em uma instância particular;
3. relações entre circunstâncias particulares observadas de um único estudo de caso podem sugerir conexões que necessitam ser exploradas em outras instâncias. Assim, os resultados de um único estudo de caso podem estimular a formulação de hipóteses que orientarão novas pesquisas, cujos resultados poderão conduzir a generalizações (ALENCAR, 2000, p.86-87).

A opção por uma determinada técnica exige do pesquisador a clareza de que a técnica escolhida seja a que mais se adequa aos objetivos da pesquisa e as características do objeto investigado, bem como das limitações e riscos implícitos em sua escolha.

Como vantagens da utilização da técnica do estudo de caso, podemos citar: os baixos custos financeiros; a pluralidade de técnicas auxiliares (qualitativas e quantitativas) que podem compor o quadro da pesquisa; a contemporaneidade e a análise intensiva. Os riscos de adoção dessa técnica estão principalmente em reduzir-se o estudo de caso a uma mera técnica de coleta de dados para uma descrição da realidade. A riqueza de dados pode se transformar em superficialidade de análise (RÓSEA, 1998, p.193-197).

Martins (2008), ao retratar o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa, destaca, em linhas gerais, que um estudo de caso deve ser importante, eficaz, original e revelador. Como relatado anteriormente, o recorte (espacial, temporal e analítico) em uma pesquisa evidencia a necessidade de delimitar o objeto e conseguir alcançar o objetivo proposto.

Fica evidente, na abordagem de Martins (2008), que o estudo de caso deve ter originalidade e criatividade.

É de extrema importância a seleção criteriosa de um tema-problema de pesquisa. Uma escolha infeliz pode tornar a pesquisa inviável e, o que é pior, provocar atitudes desfavoráveis do seu autor em relação ao trabalho de condução de uma pesquisa científica (MARTINS, 2008, p. 2).

Quando se propõe um estudo de caso na Geografia, o cuidado é propor uma pesquisa que não caia apenas no endógeno, o caso pelo caso e a escala espacial local seja a única considerada na discussão do problema da pesquisa. A escala na Geografia envolve quatro frentes – tamanho, cartográfica, espacial e dos processos (CORRÊA, 2012). Segundo o referido autor, a escala de tamanho envolve, por exemplo, a economia de escala; a escala cartográfica, atinente ao material cartográfico; a escala espacial vinculada aos fenômenos (local, regional, nacional e global) e a escala conceitual, que, por sua vez, “constitui traço fundamental da ação humana, relacionadas a práticas que se realizam em âmbitos espaciais mais limitados ou mais amplos dissociados entre si” (CORRÊA, 2012, p. 42). Cabe ao geógrafo trabalhar as escalas e ter um cuidado também quanto a escala espacial, já que o estudo de caso, tão presente no campo da Geografia, pressupõe um recorte espacial local e, segundo Corrêa (2012, p. 42), “emerge da consciência da dimensão variável, no espaço, da ação humana”, enfim, a escala espacial

não deve ser delimitada somente pelo olhar e os interesses do pesquisador, mas deve estar metodologicamente articulada às práticas espaciais dos agentes que produzem o espaço. Adotar o estudo de caso não nos remete a uma estratégia de pesquisa minimamente descritiva e excessivamente detalhada.

Quadro 01 - Síntese das ações a serem adotadas no protocolo do estudo de caso

1	Permissão formal do responsável
2	Definição das questões norteadoras
3	Reflexões e ações para definir o escopo do objeto
4	Seleção de aspectos mais relevantes
5	Trabalho de campo – registro das informações
6	Sistematização e organização
7	Análise dos resultados
8	Apresentação do relatório

Fonte: Martins (2008). Org: autoras (2016).

Segundo Martins (2008), o estudo de caso deve contemplar, ilustrado no quadro 01, além das técnicas de levantamento de informações e dados – observação, análise do discurso, questionários etc. – também o trabalho de campo. A essa técnica, o autor trata como a construção de um protocolo, ou seja, “se constitui em um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo [...] o protocolo oferece condição prática para se testar a confiabilidade do estudo” (MARTINS, 2008, p. 9).

Assim, o estudo de caso, na perspectiva de Martins (2008) e adotada nesse artigo, envolve os seguintes elementos: a) questões (problematização); b) proposições do estudo (explicações teóricas, levantamento bibliográfico consistente); c) fixação dos parâmetros (objetivos e a hipótese); d) elaboração do protocolo (ver quadro 01); e) estratégias para coleta de dados (obtenção dos dados e das informações *in loco*); f) redação e formatação do relatório. Em suma, a técnica do estudo de caso envolve o cuidado do pesquisador diante do seu objeto de estudo, de suas escalas e dos seus agentes.

2.1.8. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção

Uma proposição que no Brasil vem ganhando espaço é denominada “investigação cartográfica”, cujo grande alicerce é a cartografia social e suas diferentes

ramificações. Entre os destacados estudiosos brasileiros desta vertente, citamos, no campo da psicologia, autores como: Rolnik (2007); Do Eirado (2005), Fonseca (2007), Passos; Kastrup; Escóssia (2009), Benevides de Barros (2007), entre outros.

A ideia da cartografia como uma prática do conhecer foi expressivamente trabalhada pelo filósofo francês Gilles Deleuze, que se apropria de uma palavra do campo da Geografia – Cartografia - para referir-se ao traçado de mapas processuais de um território existencial. Um território desse tipo é coletivo, porque é relacional; é político, porque envolve interações entre forças; tem a ver com uma ética, porque parte de um conjunto de critérios e referências para existir; e tem a ver com uma estética, porque é através dela que se dá forma a esse conjunto, a expressão das relações, ao próprio território existencial. Por isso, pode-se dizer que a cartografia é um estudo das relações de forças que compõem um campo específico de experiências (HARLEY *apud* ACSERALD, 2008).

Segundo Archella; Théry (2008), os mapas estão sendo utilizados de forma genérica e sem o cuidado de cumprir seu papel de comunicação. Para os autores citados,

a busca por métodos que deem conta da representação dos processos complexos da contemporaneidade também provocou aumento de pesquisa em áreas emergentes como o geoprocessamento, a informática, o meio ambiente [...] (ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 21).

Essa necessidade de representação cartográfica também deve ser acompanhada de um cuidado com os elementos metodológicos na construção e leitura de mapas. Seguindo as preocupações de Archela; Thery (2008), é indispensável o conhecimento específico da Cartografia, pois “os mapas são veículos de transmissão do conhecimento que pode ser o mais amplo e variado possível ou o mais restrito e objetivo possível” (LOCH, (2006, p.33, p. 33) *apud* ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 03).

O foco de análise dos autores é na orientação metodológica na elaboração de mapas temáticos⁴ que são concebidos, por sua vez, como “os mapas que representam qualquer tema, além da representação do terreno” (JOLY, 2005 *apud* ARCHELA; THÉRY, 2008, p. 03).

O foco de nossa discussão aqui é justamente na cartografia social proposta por Acserald (2008), cuja contribuição foi apresentar as experiências realizadas na Amazônia através do mapeamento participativo. Essa utilização da cartografia social buscou ressaltar a “vitalidade dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil”

⁴ O roteiro metodológico para a elaboração de mapas temáticos não faz parte do escopo desse trabalho, para maiores informações ver Archela; Théry, 2008.

(VIANNA, 2008 *apud* ACSERALD, 2008, p. 7). O objetivo foi reunir um conjunto de experiências que buscaram fortalecer os processos políticos, autônomos que, por sua vez, envolveram “uma complexa trama ao mesmo tempo sócio-territorial, simbólica e tecnológica” (ACSERALD, 2008, p. 11).

Segundo Colchester (2002) *apud* Acserlad e Coli (2008, p. 19), “os mapas comunitários revelaram-se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como, também, para planificar o manejo dos recursos naturais”.

Assim, ao realizar o mapeamento, os sujeitos inseridos na comunidade podem reafirmar o valor e ressaltar o conhecimento, os saberes e as práticas tradicionais. As comunidades perceberam a sua importância tanto no que tange “ao controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias quanto para transmitir as visões locais ao exterior” (COLCHESTER, 2002 *apud* ACSERLAD; COLI, 2008, p. 19).

De acordo com Corbett et al. (2006) *apud* Acserald e Coli (2008, p. 20), existem diferentes modalidades dessa cartografia social e mapeamento participativo, entre os quais destacamos:

- a) Cartografia Efêmera** – nesta modalidade de mapeamento os mapas são elaborados com os recursos disponíveis (galhos, folhas...) e a base para o mapeamento é o chão;
- b) Cartografia de Esboço** – o mapa é esboçado com base na observação ou memória, não apresentando rigidez em relação à escala ou referências geográficas;
- c) Cartografia de Escala** – tem por objetivo gerar dados de referência geográfica, por isso exige maior rigor na produção de mapas.

O mapeamento participativo, segundo Chapin et al. (2005) *apud* Acserald; Coli (2008, p. 22-23), varia em suas metodologias e terminologias, em três grandes conjuntos onde as terminologias mais recorrentes são:

- a) Estudos de uso tradicional da terra, estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional entre outras;
- b) Mapeamento participativo, mapeamento participativo de uso da terra, mapeamento comunitário, etnocartografia, e delimitação de domínio ancestral;
- c) Mapeamento indígena – neste conjunto não foi elaborado novas terminologias sendo mantidas aquelas já utilizadas por algumas instituições de pesquisas internacionais. Acserald; Coli (2008) afirmam que “essas terminologias estão associadas às diferentes tramas territoriais, fundiárias, étnicas e políticas sobre as quais as

iniciativas de mapeamento têm se realizado (ACSERALD; COLI, 2008, p. 23). Essas tipologias foram demarcadas a partir de estudos de pesquisadores nos EUA e Canadá, predominantemente. No caso do Brasil, Chapin et al. apud Acserald; Coli (2008), afirmam que as tipologias podem ser classificadas em “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, etnoecológico, mapeamento comunitário participativo e etnomapeamento.

Quadro 02 – exemplos de experiências de mapeamento participativo, segundo tipos de auto-classificação

1. Delimitação de territórios/territorialidades identitários
2. Discutir desenvolvimento local
3. Subsídio a planos de manejo em unidades de conservação
4. Etnozoneamento em terras indígenas
5. Educação ambiental
6. Planos Diretores e Urbanos

Fonte: Acserald e Coli (2008). Modificado
Org: Autoras (2016).

A cartografia social, em especial o mapeamento participativo, permitiu, segundo Acserald; Coli (2008, p. 40),

tanto à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a formas de explicitação de conflitos sócio-territoriais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território.

Desse modo, Acserald; Coli (2008, p. 40) afirmam que a cartografia social e o mapeamento participativo surgem para dar respaldo e ‘voz’ às comunidades e grupos sociais desfavorecidos, pois todo mapa, quando elaborado, tem uma finalidade e um conjunto de intencionalidades. Por fim, os autores concluem que: “o mapeamento participativo se pretende parte de um contra-projeto de ordem científica, visando a questionar os pressupostos ocultos da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos sociais” e não se resume a um simples levantamento e registro cartográfico a partir do olhar do pesquisador (ACSERALD; COLI, 2008, p. 41).

A contribuição de Souza e Pessôa (2009) é justamente na importância do mapeamento participativo a partir da percepção dos sujeitos não apenas dos elementos físicos presentes na comunidade (rios, pontes, reservas, nascentes etc.), mas também os conflitos existentes (SOUZA; PÊSSOA, 2009, p. 211). A elaboração do mapeamento

participativo é uma troca de conhecimento entre os sujeitos e o pesquisador. Os autores reforçam que “esse instrumento deve ser utilizado de forma livre, ou seja, em cada situação o trabalho se dará de forma diferenciada, respeitando os procedimentos estabelecidos pela comunidade” (SOUZA; PÉSSOA, 2009, p. 212). Antes de adotar essa técnica de pesquisa, cabe ao pesquisador delimitar seus objetivos, mas em hipótese alguma deve criar regras rígidas e autoritárias, pois o foco de um mapeamento participativo é a representação da comunidade pela comunidade.

3. Considerações

A investigação qualitativa sem dúvida se apresenta como uma alternativa de pesquisa no campo social e possibilita ao pesquisador apreender especificidades que as pesquisas de cunho eminentemente quantitativo lhe impossibilitavam desvelar. Ao trabalhar com valores, crenças, hábitos, representações, a pesquisa qualitativa é capaz de aprofundar fatos e processos particulares e específicos a indivíduos, grupos.

A despeito de suas análises se pautarem em elementos fundamentalmente qualitativos, sua cientificidade é assegurada pela coerência interna e externa, de forma a lhe dar caráter de validade, representativa e confiabilidade.

O enfoque metodológico qualitativo se consolida baseado nos princípios da abertura, da comunicação, da processualidade, da reflexibilidade, da explicação e da flexibilidade, segundo Lamnek (1993) citado Neves (1998).

Nesse sentido, a escolha das técnicas adequadas de coletas de informações deve estar de acordo seu fundamento teórico e com os objetivos que se pretendem alcançar na investigação. Vale ressaltar que o pesquisador não deve ficar “aprisionado” ao uso exclusivo de uma técnica, seja ela qualitativa ou quantitativa, sob o encargo de adotar uma *rigidez* que lhe impeça de ter a liberdade, inteligência e criatividade inerente ao processo de desenvolvimento da pesquisa como adverte Bourdieu (2004).

As técnicas apresentadas ao longo desse artigo são de suma importância no campo geográfico, seja ao possibilitar ‘voz’ aos sujeitos seja para trabalhar os dados compilados para além de uma descrição pragmática. O compromisso do pesquisador diante dos sujeitos pesquisados revela a importância da ética tanto junto as comunidades trabalhadas quanto da própria ciência.

O grande desafio nos estudos geográfico é possibilitar interfaces em suas diferentes áreas e distintos campos, a pesquisa qualitativa tem o mérito de abarcar e

valorizar os diferentes saberes seja no campo seja na cidade. As técnicas apresentadas ao longo desse artigo são adotadas em nossos trabalhos, sobretudo no espaço rural, pois defendemos que as pesquisas estão permeadas de devir, de questões e necessitam permanentemente de autocrítica.

4. Referências

ACLSERALD, H. (Org) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2008.

ACLSERALD H.; COLI L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACLSERALD, H. (Org) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2008, p. 13-70.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

ARCHELA, R.; THERY; H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista Confins**. n. 03, p. 1-21, 2008.

BECKER, H. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. 7ª. Rio de Janeiro: Bertrandt, 2004, p. 17 -58.

CARMO, V. A. do. **A contribuição da etnopedologia para o planejamento das terras**: estudo de caso de uma comunidade de agricultores do entorno do Parna Caparaó. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009, 219f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol 16, n.02, p. 221-236, 2003. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf> . Acesso em 28 de agosto de 2016.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**/ Programa Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 9, p. 11-47, 1998.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. A.F; SOUZA, M. L; SPOSITO, E. S. (Org.). **A produção do espaço urbano – agentes e processos – escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 41-52.

FERNANDES, M. E. A “história de vida” como instrumento de captação da realidade social. **Cadernos CERU**. n. 6, série 2, p. 145-155,1995.

FERNANDES, M. E. História de Vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VII, n. 1, p.15-31, jan.- jun. 2010.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenológica. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 109-122, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/08.pdf>> Acesso em 24 de agosto de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^{0a} ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAGUETTE, M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 12^a ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 57-100.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta In. MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org).

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa. Características, uso e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, nº 3, p. 1-5, 2^o Sem de 1996. Disponível em:

<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acesso em 26 de julho de 2016.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999. <<http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In. **Anais do III Congresso Brasileiro de Sociologia**, realizado em Brasília-DF, de 10 a 11 de julho de 1987. Disponível em:

<[file:///C:/Users/User/Desktop/sbs1987_Maria_Izaura_Pereira_de_Queiroz%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/sbs1987_Maria_Izaura_Pereira_de_Queiroz%20(1).pdf)>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

RICHARDSON, J. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, R. J. et al. (Org) **Pesquisa Social**. 3^a ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90 – 103.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.9, p. 189-200, 1998.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SILVA, M. K. Uma introdução à história oral. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 9, p. 115-142, 1998.

SOUZA, M.M.O.; PESSÔA, V. L. S. Diagnóstico rural participativo (DRP): um instrumento metodológico qualitativo em Geografia. In. RAMIRES, J.C. de L.; PÊSSOA, V.L.S. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

Recebido em: 10/03/2015

Aprovado para publicação em: 22/12/2015
